

## **TENDÊNCIAS ATUAIS DA SOCIOLOGIA URBANA NO BRASIL**

**EVA ALTERMAN BLAY**

Neste trabalho se pretende expor algumas reflexões a respeito das tendências teóricas pelas quais a Sociologia Urbana tem penetrado nos últimos 30 anos no Brasil. Pretende-se demonstrar que existe um vínculo causal entre as condições sócio-econômicas e políticas nacionais e o tipo de expli-cação teórica predominante em sucessivos períodos históricos.

**COMUNIDADE E CIDADE** — Até o início da década de 60, os trabalhos sociológicos que investigavam áreas urbanas eram, na verdade "estudos de comunidade". (1) A intenção de desvendar a vida social própria ao meio urbano se reduzia ao estudo de uma única cidade. Esta era escolhida por razões que independiam da eleição de propósitos operacionais, de planejamento ou da presença de algum problema sociológico maior, mas para satisfazer interesses particulares de ordem científica do investigador, por vínculos de tipo emocional que ele tivesse com dada região, por facilidade de acesso, para treinamento de pesquisa de campo ou por outras razões ocasionais.

(1) Dentre os estudos referidos como de comunidade citam-se, entre outros, os seguintes: Alberstein, U. — *Uma comunidade teuto-brasileira*. Jarim. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Educacionais, 1962. Ferrari, A. T. — *Potengi: encruzilhada no Vale São Francisco*. São Paulo. Ed. Sociologia e Política, 1960. Pierson, D. — *Cruz das Almas*. Washington D.C. Smithsonian Institution, 1951. Simão, A. Goldman, F. — *Itanhaém: Estudo sobre o desenvolvimento econômico de uma comunidade*. Boletim n.º 226. Cadeira de Sociologia II, n.º 1. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. São Paulo, 1958. Nogueira, O. — *Família e comunidade, um estudo sociológico de Itapetininga*. São Paulo. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP/MEC. Brasil, 1962. Hermann, L. — *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos*. Revista de Administração, Inst. de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, ano II, n.º 3/6, março/junho 1948.

Decisões subjetivas, na maioria das vezes, conduzia a investigação a se aprofundar no conhecimento de uma determinada cidade.

O tratamento metodológico utilizado nestas investigações transmitiu-lhes o qualificativo pelo qual passaram a ser conhecidas: estudos de comunidade. De fato a cidade submerge ao peso da comunidade.

A característica predominante destes estudos consiste em abordar exaustivamente todos os aspectos internos da comunidade eleita. Os passos preconizados para a realização de qualquer estudo de comunidade eram os seguintes:

1. Levantamento histórico.
2. Seleção e elaboração dos instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevista, questionário etc.).
3. Arrolamento de todos os dados secundários disponíveis (estatísticas, mapas etc.).
4. Pesquisa de campo para obtenção de dados primários através da aplicação de questionários ou formulários elaborados, coleta de histórias de vida e, quando possível, integração na comunidade para obter informações através de "observação participante".
5. Descrição, análise e interpretação dos resultados.
6. Redação de um relatório final.

Ressalvando-se a possibilidade de uma inversão na ordem das etapas descritas ou de execução concomitante de várias delas, era este o procedimento preconizado para os estudos de comunidade. Como se vê, não se incluiam ali etapas atualmente indispensáveis (voltaremos ao tema mais adiante) como a formulação de um problema de pesquisa e a proposição teórica orientadora de todo o estudo.

Estes trabalhos se propunham a fotografar unidades urbanas consideradas isoladamente.

Variando em função da formação do orientador da pesquisa, a fotografia podia adquirir uma dimensão cinematográfica quando a ela se anexavam quadro de reconstrução histórica e, por consequência, a dimensão temporal. Alguns precursores como Simão e Goldman no estudo sobre Itanhaém (2) superavam os próprios limites adotados e adentravam por explicações sociológicas extremamente criadoras.

Mas o aspecto que nos cabe ressaltar destes estudos de comunidade está na característica comum a todos eles de elegerem uma unidade autônoma para a pesquisa e de, em geral, manterem-se no nível de explicações parciais da realidade desligando-a dos setores mais amplos do País: os estudos são

(2) Simão, A., Goldman, F. — op. cit., 1958.

minuciosos, abordam todos os aspectos da estrutura social, avançam sobre a organização social específica à unidade estudada e aí terminam.

A predominância de estudos de comunidade durante os anos 50 reflete, em parte, a difusão do modelo teórico de investigação que proliferava na sociologia americana da época. Mas a adoção desta orientação suplanta a própria influência de mestres franceses que aqui ensinavam, fato surpreendente e que nos induz a buscar alguma explicação além da mera imitação metodológica. Sugerimos que a preferência da forma de estudos de comunidade esteja refletindo a própria visão estrutural da realidade social: isto é, o investigador via o país como composto por comunidades que eventualmente assumiam a forma de cidades. A Sociologia Urbana encontrava sua matéria-prima nos limites comunitários estabelecidos pelas relações sociais dos grupos internos da comunidade.

Para compreender o sentidos da eleição de unidades autônomas e a manutenção de explicações parciais e desligadas de um contexto maior é preciso lembrar que o país era, de fato, constituído por aglomerados de população dispersos no espaço territorial, aglomerados estes que não se comunicavam entre si e que estavam envolvidos por um enorme isolamento só quebrado pelas ligações com as "capitais" dos respectivos estados.

Portanto, esta etapa da Sociologia Urbana brasileira corresponde, no nível da integração social do país, à etapa de isolamento entre as regiões ou cidades. Singer e Lopes (3) explicam que esta compartmentalização do país em regiões corresponde à vigência da Economia colonial. Neste período, dentro de cada região, desenvolve-se um polo urbano responsável pelas tarefas administrativas e pela prestação de serviços à área circundante. A economia de cada região liga-se diretamente à metrópole. Não se forma, em consequência, uma divisão de trabalho entre regiões. Inexiste um mercado nacional.

É só com a transformação da estrutura econômica, com a expansão da industrialização e da urbanização e, principalmente, com a instalação de um mercado nacional que se desenvolve uma "divisão de trabalho intranacional". Pressões se formam no sentido de satisfazer à comunicação entre as partes internas do país a fim de por em contato mais fácil produtores e consumidores.

O sociólogo, estudioso de áreas urbanas, possuía uma visão da sociedade compartmentalizada pois esta era a forma que ela assumia. Não era o investigador que artificialmente isolava as partes do país mas a própria sociedade global que se constituía de segmentos estanques, isolados entre si. Os estudos de comunidade assumiram esta visão desintegrada da sociedade global como um reflexo do real isolamento em que viviam as várias partes do país.

(3) Singer, P. I. — Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Comp. Editora Nacional e Edit. da Universidade de S. Paulo, S. Paulo, 1968; Lopes, J. R. B. — Desenvolvimento e mudança social: Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Comp. Editora Nacional e Editora da Universidade de S. Paulo, S. Paulo, 1968.

CIDADE E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO — Relevando-se a precariedade do uso de datas precisas para separar tipos de trabalhos científicos, consideraremos o início da década de 60 como uma espécie de divisor na classificação dos estudos de Sociologia Urbana. Até aquela época predominavam os referidos estudos de comunidade. Contudo, é claro que não eram os únicos: a obra de Florentan Fernandes, por exemplo, escapa inteiramente àquela designação.

Deve-se acrescentar que no conhecimento científico, assim como na vida social, as transformações não são abruptas mas resultam de processos mais longos ou mais rápidos que, porém, têm certa duração.

Assim, na década dos 60, surgem três tendências nos trabalhos pertinentes à Sociologia Urbana, uma mais acentuada no começo da década e, portanto, fruto de trabalhos dos anos anteriores, e as outras mais recentes, visíveis em textos publicados a partir de 1965. O primeiro grupo de publicações é aqui englobado sob o título de *estudos parcelares do meio urbano*. O segundo é designado por "análises teóricas da urbanização brasileira" e, finalmente, o terceiro por "tendências políticas da urbanização na América Latina".

Passaremos, em seguida, a focalizar cada um deles.

1. *Estudos parcelares do meio urbano* — Sob esta denominação estamos agrupando os inúmeros estudos realizados no Brasil sobre aspectos, segmentos, partes da vida social das áreas urbanas. Com a intensificação dos processos de urbanização e industrialização emergem fatos sociais a eles relacionados e que entram na órbita das preocupações acadêmicas.

O meio urbano passa a ser ponto de referência para pesquisas sobre processos sociais. Grandes cidades com mais de 50 ou 100 mil habitantes, além do aparecimento de metrópoles com população superior a 1 milhão de habitantes, tornam inviável o prosseguimento de estudos exaustivos de todos os aspectos da estrutura e organização social como até então se fazia. A densa ocupação do espaço, própria de áreas urbanas, exige a alteração da perspectiva pela qual sejam focalizadas as formas de sociabilidade internas nos limites do meio urbano. O exame da totalidade da vida da comunidade é substituído pelo exame de parcelas do meio urbano.

A cidade é vista através dos movimentos migratórios que causam intenso impacto. A magnitude e direção dos fluxos de população, quem migra, as causas dos deslocamentos, as aspirações dos migrantes e a integração nos meios urbanos ocupam um prolongado esforço dos investigadores das cidades.

Concomitantemente a tais estudos e em consequência dos efeitos da migração, destacam-se problemas que passam a objeto de investigação: ocupação, mobilidade social, família, camadas sociais, fertilidade, estratificação

social, emergência de novas classes sociais, religião, conflitos, sindicatos. São segmentos do meio urbano abordados empírica e teoricamente (4).

Estudos tão diversos e, por vezes específicos e profundos, acabam constituinto novas disciplinas eventualmente. Entretanto, ao surgirem, estavam vinculados ao espaço e às formas de ocupação do território.

Existe, imanente em todos estes estudos, a noção de que o espaço urbano imprime um sentido e uma pressão sobre a atuação dos grupos sociais e, reversivamente, que a ação destes grupos altera o espaço (5). Repetindo Halbwachs e Chombart de Lauwe percebe-se que as sociedades são concebidas como geradoras de formas materiais que refletem suas próprias preocupações. Metaforicamente pode-se estabelecer o seguinte paralelo: assim como o pensamento individual precisa do corpo e do espaço para se manter em equilíbrio, também as representações coletivas que se formam nos grupos sociais obtêm, das condições espaciais, um princípio de regularidade e estabilidade.

Levando às últimas consequências este raciocínio, percebe-se que os fatos sociais são encarados numa relação causal com a cidade: a família se modifica porque os indivíduos vivem em cidades, o sindicato se forma pois os trabalhadores estão na cidade, e assim por diante. Evidentemente, tais formas de explicação acabam-se acercando da perspectiva ecológica e as causas dos fenômenos encontram como origem comum a presença de uma população numerosa e densa dentro de certos limites territoriais. Explicação tão simplista e homogênea perdura por muito tempo e surge com freqüência em nossos dias.

É provável que a precariedade destas explicações teóricas decorra justamente da visão parcelada do meio urbano assumida por estas investigações. Ao encarar uma isolada área de problemas e situá-la numa só cidade, abandona-se toda a perspectiva comparativa, globalizadora e as possibilidades de explicação teórica mais gerais e profundas.

O aparecimento dos estudos parcelares do meio urbano se dá concomitantemente ao processo de expansão da urbanização. Mas, como se pode ver pelo quadro abaixo, a transformação na forma de ocupação do espaço se está realizando por saltos:

(4) Alguns exemplos dos trabalhos referidos são os seguintes: Adamo, A. M. e Haga, A. — *Alguns aspectos da mobilidade social em duas cidades do Paraná*. Mimeo., s/d. Almeida, V. U. e Mendes, O. T. — *Migração rural urbana*. S. Paulo, Secretaria da Agricultura, 1951. Araujo, A. M. — *A família numa comunidade alagoana*. *Sociologia*, vol. XVII, n.º 2, 113-131. Castaldi, C. — *Ajustamento do imigrante à comunidade paulista*, in Hutchinson, B. — *Mobilidade e trabalho*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. Kahl, J. — *Urbanização e mudanças ocupacionais no Brasil*. *América Latina*, ano 5, n.º 4, pp. 21-30, out./dez. 1962.

(5) Sobre este conceito de espaço social ver Chombart de Lauwe, P. H. — *Paris, essais de sociologie 1952-1964*. Coll. L'évolution de la vie sociale. Les Éditions Ouvrières, 1965.

**POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO BRASIL**  
(percentagens)

| Ano  | População urbana | População rural |
|------|------------------|-----------------|
| 1940 | 31,24            | 68,76           |
| 1950 | 36,16            | 63,84           |
| 1960 | 45,08            | 54,92           |
| 1970 | 55,98            | 44,02           |

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Demográfico.  
VIII Recenseamento Geral, 1970, p. 39.

de 1940 para 70, a população urbana aumentou cerca de 12% em cada década. Concomitantemente, ampliam-se as vias de comunicação, porém, numa escalada mais lenta. Neste processo, enfraquecem-se os fatores responsáveis pelo isolamento da etapa de economia colonial e do início da industrialização.

Sintomático da ampliação das conexões são os dados da rede rodoviária do país. Para uma extensão de 8 milhões de km<sup>2</sup> havia, em 1963, uma rede rodoviária de 538.779 km. Em 1969 a rede se amplia para 1.089.452 km. Isto é, para cada 1.000 km<sup>2</sup> havia 63,3 km de estradas em 1963 e em 1969 eles são 127,9 km.

A maior proximidade entre regiões decorrente da comercialização de produtos industriais e de todo o processo de crescimento econômico dá ao investigador uma nova dimensão da realidade que irá pesquisar.

Segmentos de totalidades, comparações entre aspectos de diferentes cidades, aproximações entre unidades geograficamente distintas passam progressivamente a se incorporar aos enfoques sociológicos refletindo a nova perspectiva de ocupação do território.

Mas uma explicação mais ampla e profunda é dada pelas análises teóricas da urbanização brasileira.

**2. Análises teóricas da urbanização brasileira** — Nesta etapa bem clara a partir de 1965, a Sociologia Urbana retoma uma identidade que lhe era peculiar por volta dos anos 40. Volta-se a falar nela como uma disciplina de objeto próprio (6).

---

(6) Blay, E. A. — O estudo do meio urbano: a sociologia urbana entre outras ciências e disciplinas. in Cadernos, n.º 4, 1971.

A expansão da industrialização e da urbanização alteraram a distribuição da população por regiões urbanas e rurais. Cresce a importância da cidade e se avolumam os problemas sociais decorrentes da rapidez com que a população afluí para centros urbanos.

Paralelamente instala-se uma substituição na temática investigada surgindo, em lugar dos estudos parcelares, análises globalizadoras do processo de urbanização. Em trabalhos como os de Pereira, Singer, Lopes, se procura descobrir as causas provocadoras da mudança social instalada no país visualizando-a através de uma perspectiva macro-econômica e macro-sociológica.

A plena inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, na condição de país dependente, e as repercussões deste processo sobre a urbanização conformam as condições de vida no meio urbano, segundo Pereira (7). Entende ele que a urbanização é um "sub-processo fundamental entre os analiticamente distinguíveis" na expansão do desenvolvimento econômico social capitalista, isto é, constitui apenas um dentre os vários aspectos da transformação sócio-econômica. Não é fenômeno decorrente do crescimento econômico de tipo capitalista, porém, se situa numa fase de ampliação deste sistema econômico.

As características da urbanização e da industrialização do país decorrem, para Pereira, da posição que o Brasil ocupa na periferia do sistema capitalista.

A cidade é entendida como um centro de difusão de um estilo de vida urbano o qual atinge os vários grupos sociais de zonas urbanas ou rurais. Neste sentido, a urbanização brasileira se configura como "sócio-pática" pelas tensões sociais que ocorrem durante sua expansão. A difusão de um estilo de vida urbano provoca, à medida em que os indivíduos a ele aderem, uma difusão de necessidades materiais ou não materiais. Aliando-se ao crescimento demográfico provocam uma alteração na estrutura do consumo resultante da maior demanda de bens e serviços. Constitui-se um grande mercado consumidor potencial e forma-se enorme pressão sobre o sistema nacional de bens e serviços. Esta pressão será desfeita se forem criados meios que permitam aos indivíduos satisfazer aquelas necessidades. A solução é dada pelo aumento da oferta de trabalho e pela "renda-salário".

Com a "vitalização" das necessidades e o "sufocamento do sistema de produção" há uma progressiva elevação da tensão social e a expansão de uma "urbanização sócio-pática".

O desemprego e o sub-emprego são consequência e expressão desta configuração sócio-pática, na etapa de expansão do processo de integração do

(7) Pereira, L. — Trabalho e desenvolvimento no Brasil. Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1965.

Pais num sistema capitalista urbano e industrial. Pereira enfatiza que não se trata de mera introdução ao sistema mas de um estágio no processo de integração a esta ordem econômica. A "disnomia" que neste momento se verifica entre a "produção-distribuição-consumo" será solucionada quando se completar o processo de integração. Este, por sua vez, se fará pela alteração da divisão social do trabalho entre cidade e campo permitindo que se eleve o padrão de vida no meio rural. A "maturidade" do processo de formação econômica-social-capitalista se dará com a eliminação da dissincronia entre "o ritmo mais acelerado da urbanização com referência ao da industrialização e, de outro lado, a intensificação desses dois processos". (8)

A análise da urbanização brasileira traçada por Luiz Pereira apóia-se em farta bibliografia histórica, sociológica e, sobretudo, em documentação da administração pública do país. Com isso recompõe normas políticas que orientaram e orientam o processo de transformação. Sobre um material de tipo secundário elabora inferências teóricas a respeito da sociedade global. Casos e situações locais são referidos a título de exemplo pois toda a ênfase é colocada na construção de um sistema de explicação que englobe os processos sociais mais gerais que se estão desenvolvendo na sociedade brasileira ligando-os às transformações do sistema econômico.

O tipo de abordagem proposto pelo citado autor constitui uma tendência inovadora na Sociologia Urbana Brasileira. Adotando a visão de Gunther Frank (9), Pereira se torna um precursor da teoria da dependência aplicada aos fatos urbanos. Entretanto, a maior ênfase é dada, numa linha durkheimiana, à explicação através dos conceitos de anomia e disnomia. Descreve a urbanização como uma situação que se está processando de uma maneira 'doentia' (vocabulário que poderia ser usado como sinônimo da expressão sócio-pático empregado pelo Autor). Para este estado insatisfatório há a possibilidade de correção (alívio de tensões) se for alterado o mercado de trabalho e o salário. Mas, surge-nos a indagação: este estado de tensão é anômico para quem? Qual é o modelo de referência tomado como ideal para se poder caracterizar o processo de urbanização brasileiro como sócio-pático?

É claro que se um estado é definido como "doente" deve estar existindo um outro considerado sô. Mas tal condição de salubridade é definida dentro de que padrões?

No quadro teórico de explicação proposto por Pereira, a integração à ordem capitalista se daria através do equilíbrio entre a produção-distribuição-consumo. Porém, mais uma vez a indagação que nos surge é: não se poderia pensar exatamente o inverso, ou seja, que tal desequilíbrio é condição para que o país se envolva no sistema capitalista internacional? E,

(8) Pereira, L. — op. cit., 1965, pp. 79-133.

(9) Frank, G. — Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. in Urbanização e Subdesenvolvimento. Zahar, 1969, pp. 25-39.

mais ainda: por que a integração ao sistema capitalista deve pressupor qualquer tipo de equilíbrio ou desequilíbrio?

Ao propor explicar a urbanização pela posição econômica periférica no capitalismo internacional, Pereira estabelece uma relação causal fundamental. Ignora, porém, que não é a causa única em atuação. O processo de urbanização se faz por uma síntese de condições históricas, econômicas e sociais peculiares às respectivas sociedades onde ocorre. Países africanos, asiáticos ou latino-americanos embora participem de uma posição periférica comum no sistema econômico sofram diferencialmente o processo de urbanização e de industrialização. Assim, embora justa a importância dada a este fator, nada nos conduz a aceitar qualquer diagnóstico generalizador traçado posteriormente como aquele da difusão do estilo de vida urbano homogêneo.

A abordagem de Pereira abre uma nova perspectiva para o estudo dos fenômenos urbanos: eles não mais podem ser pensados em termos de estudos de comunidade e nem mesmo como análises parceladas do meio urbano. Configura-se a exigência de que os fatos particulares sejam compreendidos em relação ao processo global de urbanização e mais ainda ao processo de industrialização.

O maior empecilho da teoria exposta, porém, se situa nos prognósticos inferidos sem uma correspondente base empírica. Seria conveniente reduzir o alcance das explicações propostas e procurar investigar quais são, na atual etapa do processo de urbanização, as aspirações dos indivíduos. E, sobretudo, evitar generalizar os efeitos da vida urbana ignorando as diferenças decorrentes das posições em classes sociais destes indivíduos.

As condições impostas pelos países centrais no sistema econômico capitalista são captadas de formas variadas conforme as diferenças históricas nacionais dos países periféricos. Portanto, só a investigação permite conhecer os tipos de atitudes geradas como resposta ao sistema econômico e à vida em cidades.

Uma perspectiva global e econômica é desenvolvida nos trabalhos de Singer. (10) Enfatiza o vínculo entre cidade e campo mostrando como aquela depende deste na divisão de trabalho que entre ambas se estabelece. Mostra como houve, com a industrialização, uma mudança estrutural na composição do mercado brasileiro. No período colonial havia dois setores básicos: o setor de mercado externo dedicado à exportação e o setor de subsistência responsável pela produção para o consumo dos indivíduos dedicado a produzir para a exportação. Havia ainda um incipiente setor de mercado interno que produzia bens não importáveis e serviços.

(10) Singer, P. L. — op. cit., 1968; *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. Edições Cebrap, 1970. *A cidade e o campo* (em colaboração com Cardoso, F. H.). Cadernos n.º 7, Cebrap, 1972.

Com a industrialização, o setor de mercado torna-se dominante e para ele converge a produção e o consumo. Do ponto de vista sociológico, esta análise econômica interessa sobretudo pela seguinte consequência: "A organização social assenta sobre a divisão do trabalho. Dela surgem as classes sociais, a partir dela se definem "status" e os papéis do indivíduos e dos grupos na sociedade. O desenvolvimento econômico implica mudança social precisamente porque ele constitui uma redivisão do trabalho em todos os sentidos." (11)

Singer analisa amplamente as bases econômicas da organização social, porém não avança para o interior dela mesma. Estrutura, processos, organização social são encarados numa perspectiva macro-sociológica. Por este ângulo, mostra a transformação ocorrida na sociedade global com o desenvolvimento econômico: na etapa colonial o País compunha-se de regiões estanques, isoladas entre si, ligadas a uma cidade provedora de serviços e de meios de escoamento dos produtos para o Exterior; com a instalação de uma economia industrial pela expansão autônoma do setor de mercado interno desenvolve-se um mercado intranacional. A comunicação entre as regiões rompe o isolamento anterior.

As coordenadas econômicas dispostas por Singer não o conduziram a uma investigação do comportamento social. Embora ele aponte os prováveis efeitos da mudança econômica sobre a organização social, infelizmente ela não cabe em suas pesquisas as quais se concentram em aspectos históricos ou demográficos. Ao mostrar o significado da formação de um mercado intranacional ele aponta o fator determinante que será levado às últimas consequências por Brandão Lopes. (12)

Uma das mais completas análises da urbanização brasileira efetuada com dados secundários é realizada por Lopes em *Desenvolvimento e Mudança Social*. Focaliza o "processo global" de transformação da sociedade brasileira traçando as vias de instalação de um sistema industrial e de uma sociedade urbana-industrial. (13)

A existência de centros urbanos foi condição necessária para a instalação de um processo de industrialização no já clássico período de "substituição de importações". Tais cidades representaram mercados consumidores essenciais ao estímulo de uma produção interna. A extensão do processo nacional de industrialização força a quebra das barreiras internas existentes entre regiões, criando em consequência um mercado nacional.

(11) Singer, P. I. — op. cit., 1968.

(12) Lopes, J. R. B. — op. cit., 1968.

(13) Por sistema industrial, Lopes entende os «aspectos tecnológicos, econômicos e demográficos daquela estrutura (industrialismo, meios modernos de comunicação, mercado nacional, urbanização...)» e ao investigar a formação da sociedade urbano-industrial refere-se a seus «aspectos institucionais, culturais, psicológicos e sociais (burocratização, cultura de massa, estratificação social e orientação de conduta característica etc.). Lopes, J. R. B. — op. cit., 1968, p. XVI.

A industrialização se concentra na região centro-sul e propaga um processo intensificado de urbanização. O crescimento do mercado de trabalho é inferior ao ritmo de concentração de pessoas nas áreas urbanas criando as cidades "inchadas".

Atualmente o processo de urbanização apresenta três características, segundo Lopes:

1. aumenta a concentração industrial em certas regiões mas a urbanização cresce por todo o país;
2. o limitado crescimento industrial resulta na formação de ampla camada de desempregados e sub-empregados;
3. como efeito da industrialização há queda e desemprego na área rural, desagrega-se o artesanato que não resiste ao consumo do produto industrializado, aumentam as migrações internas.

Sobre esta estrutura econômica e demográfica alterada, processam-se transformações políticas e sociais. O ano de 1930 é um marco na passagem da "estrutura oligárquica" para o "estado composto", e uma "democracia limitada". Do coronelismo e do poder local se passa, gradativamente, à emergência de novas classes sociais — industriais, classe média, operariado — e ao fortalecimento do governo central em detrimento dos "grupos oligárquicos nacionais".

Para demonstrar a formação de uma sociedade urbano-industrial Lopes se prende, de certo modo, à tipologia weberiana. Procura focalizar os processos de burocratização, secularização, individualização. Mas escapa da aplicação formal dos tipos weberianos pois se prende a fatos empíricos estudados por outros pesquisadores o que lhe impõe um constante confronto com a realidade.

Provavelmente por ser o primeiro trabalho que aponta as linhas mais amplas do processo de urbanização e industrialização no Brasil, apoiado em dados concretos, a preocupação de Lopes consiste em marcar as tendências comuns encontradas na sociedade global. Fixa-se em encarar a criação de um mercado nacional e a correspondente estrutura e organização social que se constituem.

Adotando esta perspectiva perde, em consequência, uma visão das diferenças que se processam concomitantemente à urbanização.

Em seu trabalho, Lopes assume o prisma de que se formou uma sociedade urbana e industrial fundada em um mercado nacional. Sistematiza todos os estudos de comunidade e as análises parcelares do meio urbano a fim de encontrar elementos que mostrem as características da estrutura e da organização social. Como estas investigações foram realizadas sob outra perspectiva da sociedade global resulta em uma reunião de elementos heterogê-

neos e anteriores à atual infra-estrutura econômica. Apesar dos limites impostos por material de tal ordem, Lopes consegue traçar a origem e evolução dos fatores que conduziram o processo de urbanização.

Os três autores citados tiveram suas perspectivas teóricas influenciadas pelas condições sócio-econômicas em vigor; fato que se refletiu na ênfase que deram às explicações generalizadoras: o sistema social é encarado a partir do todo ficando suas partes em plano secundário. As inferências são estabelecidas dedutivamente.

Estudos de comunidade e análises teóricas do meio urbano situam-se em extremos opostos, uma caindo num empirismo total, prescindindo de qualquer explicação mais geral, e a outra apoiando-se em explicações globais onde dados concretos penetram apenas a título de exemplos que confirmem a teoria mais ampla exposta. O fato novo — o mercado nacional em plena atividade — domina a teoria explicativa a respeito da urbanização. Assume um caráter explicativo além de suas possibilidades, sendo usado como fator causal básico e relegando outros fatores igualmente importantes à obscuridade.

**TENDÊNCIAS POLÍTICAS DA URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA** — Nos últimos cinco anos notam-se acentuadas modificações no prisma de estudos do meio urbano. Este período é muito recente, o que dificulta o traçado das tendências observadas de modo que certamente omitiremos algumas e destacaremos outras que com o tempo se esvairão. Apesar disso, por comparação com certas correntes da Sociologia Urbana latino-americana, se pode traçar as linhas teóricas que se estão conformando.

Do estudo de comunidades, passou-se à análise de parcelas do meio urbano, umas e outras escolhidas ao sabor das circunstâncias. Desta etapa deu-se um salto para uma abordagem global da urbanização e da identificação de seus processos mais gerais. Atualmente um novo enfoque está sendo dado, porém ainda dentro deste prisma globalizador: identifica-se no poder político um fator causal no modo como se processa a urbanização.

A influência do poder reflete-se de dupla forma entre autores que se preocupam com cidades. Uns assumem a variável política como um dado objetivo e passível de controle; outros incorporam a influência do poder à própria investigação submetendo-se a ele.

Influenciado pela Sociologia do Desenvolvimento, Casimir encara a cidade como um meio que acentua o caráter de "subordinação de nossa evolução" pois vê nela um "invento político" criado para dominar populações e territórios. (14)

(14) Casimir, Jean — *Definicion y funciones de la ciudad en America Latina*. Rev. Mexicana de Sociología, ano XXXII, vol. XXXII, n.º 6, nov./dez. 1970, p. 1497.

A cidade é sede do poder mas entre ela e a sociedade global se estabelece uma interação de forças, processo no qual nem sempre as decisões que dela emanam são preponderantes. Isto se infere do modo como encara a cidade pois vê nela "o aparato urbano considerado como o lugar das decisões que afetam a vida nacional. Estas decisões podem refletir os interesses e o poder da totalidade nacional ou os interesses e o poder sobre a totalidade nacional." (15)

Há uma interação entre correntes de poder de modo que, se da cidade partem decisões, igualmente ela recebe os efeitos de ações provenientes de setores poderosos do meio rural.

Na divisão social do trabalho, a cidade assume uma posição de dominação frente ao campo, à medida em que se instala a industrialização. Singer e Cardoso consideram que se estabelece entre ambas uma relação de dependência sendo o polo urbano o decisivo, a sede do poder. (16)

Apoiado na teoria da dependência, Singer afirma que à medida que se dá o avanço da divisão do trabalho entre cidade e campo, em que este se dedica à produção de produtos primários especializados, constituem-se dois modos distintos de "organização da vida social" e que mesmo com a instalação da agricultura capitalista não há profundas modificações nesta relação devido à manutenção de antigas formas de dominação de tipo oligárquico. (17)

Esta teoria, além das considerações acima expostas, pretende que se reencontre na relação cidade-campo, no interior de um país dependente, o mesmo tipo de subordinação detectado para a relação países centrais e periféricos no sistema capitalista internacional.

Penso que estas afirmações, conquanto teoricamente possam ser feitas, devem ser tomadas como hipóteses a se testar empiricamente a fim de verificar sua veracidade. Isto porque nada nos conduz a aceitar a existência de uma dupla organização social numa sociedade permeada, em todo seu modo de produção, por um sistema capitalista. A expansão de um mercado nacional, de tipo capitalista e industrial se fez à custa da quebra de isolamentos regionais e pela integração econômica ao sistema mais geral. Não importam as desigualdades entre as partes do país, mas para se negar (ou afirmar) a existência dos efeitos desse processo é necessário estabelecer uma base empírica. Caso contrário se está no teor de hipóteses.

Por outro lado, a teoria da dependência — conquanto tenha explicado de modo irrefutável a subordinação dos países periféricos no sistema capitalista ocidental — está sendo usada para inferências mais gerais do que suas premissas permitem.

(15) Casimir, J. — op. cit., p. 1498.

(16) Singer, P. L e Cardoso, F. H. — op. cit., 1972, p. 3.

(17) Singer, P. L e Cardoso, F. H. — op. cit., 1972, p. 4 e segs.

O estudo da marginalidade no meio urbano é mais um dos exemplos que se pode tomar de como se está usando a teoria da dependência para sua auto-comprovação. Afirma-se que se um país tem posição "dependente" há nele uma camada marginal ao sistema. Esta camada é condição de existência do próprio sistema. E, além disso, a perpetuação de grupos populacionais à margem das disponibilidades da estrutura social é que garante a conservação desta mesma estrutura. (18)

Esta ordem de raciocínios esvazia as potencialidades empíricas que a teoria da dependência talvez tivesse e a torna semelhante à perspectiva funcionalista (certas condições são necessárias à manutenção do sistema).

Portanto, seria criador propor como hipótese a ser investigada a existência de uma dupla organização social em países dependentes em processo de urbanização, ou as características da estrutura e da organização social das áreas onde se instala um processo de "marginalização social". Se isto não fosse necessário, a mera elaboração teórica valeria tanto para o Brasil como para países africanos ou asiáticos, todos eles "dependentes" e periféricos no sistema capitalista internacional.

Os problemas metodológicos até agora apontados são incomparáveis aos problemas decorrentes da incorporação da influência do poder político à investigação.

Uma larga esfera de problemas urbanos tem-se constituído em tema de interesse da esfera político-administrativa. Emprego, desemprego, habitação, favelas, crescimento populacional são assuntos que passaram à órbita de departamentos oficiais. Requisita-se, com o fito de diagnosticar tais problemas, o trabalho sociológico. Este diagnóstico não parte desvinculado da atuação normativa, mas deve servir para orientar soluções cujos fins estão previamente estabelecidos. Vejamos, por exemplo, um dos fatos menos graves.

O deficit habitacional constitui um dos problemas críticos das áreas urbanas. Esta carência é generalizada por toda a América Latina. No Brasil, antecipando-se a qualquer solução mais drástica por parte da própria população, instituiu-se uma política habitacional adequada ao sistema econômico em vigor. Em função disso, se criou uma série de medidas e disciplinas para contruções financiadas de casas e conjuntos habitacionais. Nesta etapa não foi utilizado, ao que se saiba, o trabalho sociológico. Posteriormente, apesar da carência de habitações, o mercado consumidor não absorveu a oferta disponível. Nesta fase, a investigação sociológica foi procurada para diagnosticar o problema não o da moradia, mas o das causas da inadequação entre o objeto que estava sendo vendido e o do consumidor potencial desinteressado. Isto é, a sociologia urbana está sendo buscada para solucionar — dentro do

(18) Faria, Wilmar — Marginalidade urbana: críticas e sugestões. Datilografado, CEBRAP, 1973.

esquema em vigor pois a política habitacional já está traçada — o impasse criado pela falta de venda das moradias, pelo atraso dos pagamentos etc. Espera-se dela, na verdade, uma orientação através da qual se possa convencer o comprador a consumir o produto posto à sua disposição, sem alterar a política de venda.

Portanto, o sociólogo é chamado para investigar uma dada realidade e propor medidas que a conservem.

Esta posição conservadora nem sempre é tão ostensiva e muitas vezes se infiltra em diagnósticos onde aparentemente as soluções ainda inexistem como é o caso, por exemplo, dos estudos sobre menores abandonados, delinqüência, formação de mão-de-obra ou outros problemas. Mas na verdade, mesmo nestes casos, as soluções "possíveis" já estão pré-estabelecidas e os diagnósticos são orientados para investigar específicas faces dos temas propostos.

**ANÁLISES TEÓRICO-EMPÍRICAS DO MEIO-URBANO** — Das diversas fases da Sociologia Urbana e dos diferentes caminhos seguidos, resultaram elementos que devem ser conservados e outros evitados.

A Sociologia Urbana não é uma ciéncia mas apenas uma disciplina dentro da ciéncia sociológica. Neste sentido, ela precisa incorporar uma metodologia que por vezes tem ficado relegada o que causa profundas incorreções. Assumir uma perspectiva teórica, definir o problema a ser estudado, organizar a investigação empírica são fases do processo do trabalho sociológico em geral que não podem mais ficar ignoradas na Sociologia Urbana. A realização de apenas uma das etapas sem as demais conduz, como vimos, a conclusões excessivamente generalizadoras ou precariamente empíricas.

Morse (19) propõe que apenas através de pequenos estudos empíricos se pode chegar à condição de fazer amplas generalizações. Provavelmente nesta linha se enquadram os trabalhos sobre *As Novas Áreas Urbanas de Belém*(20), ou sobre *Cidades em Regiões Sub-Desenvolvidas*(21). Outros estudos mais vastos foram feitos junto a cidades do Vale do Paraíba(22). Em todos eles se reconhece a adoção de uma teoria orientadora de médio alcance e um confronto empírico. Leva-se em consideração as peculiaridades históricas de cada uma das áreas estudadas, assim como da sociedade global à qual pertencem. Com isso se evita a aplicação generalizada de esquemas teóricos mas se individualiza a aplicação da teoria a estruturas historicamente definidas. A partir desta base é possível construir um esquema de investigação

(19) Morse, Richard — *La investigación urbana latinoamericana: tendencias y planteos*. Ed. Siap, Argentina, 1971.

(20) Blay, E. A. — *As novas áreas urbanas de Belém*. In *Cadernos*, n.º 2, 1969, pp. 99-155.

(21) Blay, E. A. — *Cidades em regiões sub-desenvolvidas*. Datilografado, 1970.

(22) Queiroz, M. I. P. de — *Conjunto de estudos sobre o Vale do Paraíba*, em realização junto ao Centro de Estudos Rurais e Urbanos e ao Serviço do Vale do Paraíba.

que incorpore uma interação dialética entre teoria e fato. Aquela não suplanta sua capacidade de orientação apenas preliminar e este se prende a um esquema de explicação mais amplo. Ambos se corrigem mutuamente.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- ADAMO, A. M. e HAGA, A. — Alguns aspectos da mobilidade social em duas cidades do Paraná. Mimeografado, s.d.
- ALBERSTEIN, U. — Uma comunidade teuto-brasileira: Jarim. Centro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1962.
- ALMEIDA, V. U. e MENDES, O. — Migração rural urbana. Secretaria da Agricultura, S. Paulo, 1951.
- ARAUJO, A. M. — A família numa comunidade alagoana. *Sociologia*, vol. XVII, n.º 2, pp. 113-131.
- BLAY, E. A. — As novas áreas urbanas de Belém. *Cadernos*, CERU, n.º 2, 1969, pp. 99-115.
- BLAY, E. A. — Cidades em regiões sub-desenvolvidas. Datilografado, CERU, S. Paulo, 1970.
- BLAY, E. A. — O estudo do meio urbano: a sociologia urbana entre outras ciências e disciplinas. *Cadernos*, CERU, n.º 4, 1971.
- CASIMIR, J. — Definición y funciones de la ciudad en América Latina. *Rev. Mexicana de Sociología*, ano XXXII, vol. XXXII, n.º 6, nov./dez 1970, p. 1497.
- CASTALDI, C. — Ajustamento do imigrante à comunidade paulista. in HUTCHINSON, B. «Mobilidade e Trabalho». Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. — Paris — essays de sociologie (1952-1964). Coll. L'Evolution de la vie sociale, Les Editions Ouvrieres, 1965.
- FARIA, W. — Marginalidade urbana: críticas e sugestões. Datilografado, CEBRAP, 1973.
- FERRARI, A. T. — Potengi: encruzilhada no Vale do S. Francisco. Ed. Sociologia e Política, S. Paulo, 1960.
- FRANK, G. — Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. in Urbanização e Sudesenvolvimento. Zahar, 1969, pp. 25-39.
- HARMANN, L. — Evolução da estrutura social de Guarantiquetá num período de 300 anos. *Rev. de Administração*, Instituto de Administração da Fac. de Ciências Económicas e Administrativas da USP, ano II, n.º 5/6, março/junho 1948.
- KAHL, J. — Urbanização e mudanças ocupacionais no Brasil. *América Latina*, ano 5, n.º 4, pp. 21-30, out./dez. 1962.

- LOPES, J. R. B. — Desenvolvimento e mudança social: Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Comp. Ed. Nacional e Ed. da USP, S. Paulo, 1968.
- MORSE, R. — La investigación urbana latinoamericana: tendencias y planteos. Ed. Siap, Argentina, 1971.
- NOGUEIRA, O. — Família e comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, Brasil, 1962.
- PEREIRA, L. — Trabalho e desenvolvimento no Brasil. Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1965.
- PIERSON, D. — Cruz das almas. Washington D.C., Smithsonian Institute, 1951.
- QUEIROZ, M. I. P. — O Vale do Paraíba — em realização. Centro de Estudos Rurais e Urbanos.
- SIMAO, A. e GOLDMAN, F. — Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico de uma comunidade. Boletim 226. Cad. de Sociologia II, n.º 1, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, S. Paulo, 1958.
- SINGER, P. I. — Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Comp. Editora Nacional e Editora da USP, S. Paulo, 1968.
- SINGER, P. I. — Dinâmica populacional e desenvolvimento. Ed. Cebrap, 1970.
- SINGER, P. I. e CARDOSO, F. H. — A cidade e o campo. Cadernos, n.º 7, Cebrap, 1972.